

# Emenda mantém o sistema de voto proporcional

Comissão de Sistematização rejeita proposta que amplia composição da Câmara dos Deputados

EUGENIO NOVAES



Roberto Freire faz a defesa da proporcionalidade na representação da Câmara

## Parlamentarismo fica valendo por 5 anos

Com o apoio dos parlamentaristas, a Comissão de Sistematização aprovou ontem emenda do deputado Oscar Corrêa (PFL/MG), suprimindo o que restou do inciso II do § 4º do artigo 70, que prevê os valores proibidos de serem modificados na Constituição, através de emendas. Ficou assim riscado o texto "o sistema parlamentar de governo", sob a garantia de estar assegurado por cinco anos, de acordo com o artigo 2º das Disposições Transitórias. O senador Járbas Passarinho, (PDS/PA), que presidia a reunião, deixou claro ao plenário que o grupo parlamentarista abria mão da perpetuidade do sistema pelo período garantido mais adiante.

O argumento utilizado pelos presidencialistas pa-

ra suprimir este trecho do artigo 70 foi a aprovação de emenda do deputado Cunha Bueno (PDS/SP), há uma semana. Para garantir a manifestação e organização dos monarquistas, o constituinte paulista propôs o fim da proibição de emendar a Constituição para mudar a forma republicana de governo. "Se pode emendar neste sentido, por que não também em relação ao sistema?", questionou o deputado José Genoino (PT/SP), forjando uma questão de ordem para defender o presidencialismo.

O senador Nelson Carneiro (PMDB/RJ), que mais tarde foi o porta-voz dos parlamentaristas para anunciar o apoio do grupo à emenda de Oscar Corrêa, contradisse Genoino: "Os parlamentaristas não têm

culpa de haverem os presidencialistas dado seu voto para retirar a forma republicana em homenagem aos que defendiam a monarquia". Logo depois a emenda foi aprovada por 73 votos contra 6 e três abstenções.

Nelson Carneiro foi autor de emenda que modificou o artigo 95, sobre as competências de pronunciamento do Conselho da República. A matéria destacada por várias lideranças partidárias, foi aprovada por 57 votos contra 14 e 12 abstenções. Além de adaptar o texto à disposições aprovadas recentemente pela Sistematização (Câmara Federal para Câmara dos Deputados, por exemplo), a emenda prevê que ao Conselho compete pronunciar-se sobre o estado de defesa e o estado de sítio.

## Moreira luta por reforma tributária

Rio — Tentar mudar o Regimento Interno da Constituinte para impedir a aprovação do anteprojeto que permite a implantação da reforma tributária no Brasil é, na opinião do governador Moreira Franco, uma profunda agressão aos Estados e aos municípios, que com isto serão atingidos na sua autonomia. O governador do Rio prometeu desdobrar-se em contatos telefônicos a partir de amanhã, quando começa a ser votada a reforma, para unir os parlamentares e garantir a sua aprovação na Comissão de Sistematização.

Moreira revelou que já conversou com Orestes Quêrcia, Pedro Simon e Miguel Arraes pedindo que também se manifestem.

Mesmo não estando em votação, indiretamente o voto distrital foi ontem inviabilizado pela Comissão de Sistematização, ao aprovar por 61 votos, contra 27 e três abstenções, emenda dos deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ), Enoc Vieira (PFL-MA) e liderança do PT que estabelece o voto proporcional. A emenda aprovada, contrapunha-se, ao texto do substitutivo de Bernardo Cabral que remetia a questão para a legislação ordinária.

A favor do voto proporcional falaram os deputados José Jorge (PFL-PE) e Antônio Mariz (PMDB-PE) e, mais em defesa do voto distrital do que propriamente do texto do relatório, pronunciaram-se os deputados Israel Pinheiro (PMDB-MG) e Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) além do relator José Fogaça (PMDB-RS), que tentou convencer os constituintes do "equivoco e preconceito" estabelecido ao relacionar o sistema eleitoral ao sistema de governo.

Fogaça fez a advertência principalmente em função da fala de Antônio Mariz, que disse ser o voto proporcional uma exigência do sistema parlamentarista já aprovado pela Comissão de Sistematização. Para ele, o voto proporcional representa um avanço na política eleitoral e "acatar o voto distrital, majoritário, é retroceder". Mariz lembrou ainda que segundo pesquisa realizada pelo SERPRO, somente dois países empregam hoje o voto distrital. Também o deputado José Jorge baseou seu discurso na tese de que seria uma "inovação" voltar ao voto distrital.

Já o deputado Israel Pinheiro, ao tentar convencer seus companheiros de votar contra o voto proporcional, argumentou que o atual sistema permite e estimula a divergência entre políticos até mesmo de um só partido, colocando a campanha política eleitoral como a principal "destruidora" dos partidos políticos. E, para exemplificar, Pinheiro citou os deputados Ulysses Guimarães e Luiz Inácio Lula da Silva, "que poderiam ter corrido o Estado de São

Paulo pedindo votos para seus companheiros, mas o que vimos foi os dois fugindo da praça pública".

### REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS

Foi também derrubada ontem pela Comissão de Sistematização a emenda do deputado Haroldo Sabóia (PMDB-MA) que pretendia ampliar a representação dos Estados na Câmara. Por 52 votos contra, 37 a favor e três abstenções, os constituintes rejeitaram a emenda 32.146 que estabelecia para a Câmara Federal uma composição de 542 representantes. Com isso, o Estado de São Paulo, que já tem 60 deputados, passaria a contar com mais 20 limitando em 80 o número de representantes para cada Estado e mantendo em oito o número mínimo de participação por unidade federativa.

Nelson Jobim (PMDB-RS) e Roberto Freire (PCB-PE) se encarregaram de defender a emenda, ressaltando que a limitação da atual proporcionalidade foi um "erro histórico", conscientemente mantido pelas Constituições brasileiras, por interesse do regime militar implantado no País depois de 1964. "Não podemos ter medo de resgatar o que nos foi tirado pela ditadura", disse Roberto Freire, acrescentando que "o Brasil tem no Parlamento a sua representatividade e tem que respeitar a proporcionalidade se quiser ser democrático".

José Jorge (PFL-PE) alertou para o fato de a emenda trazer embutido o aumento da representatividade do Estado de São Paulo — "o Estado mais poderoso deste País e que já tem 60 representantes na Câmara Federal". Ele acha que se for aumentado o número de deputados federais — hoje são 479 —, além de representar ônus a mais para o próprio povo, se correria o risco de dar ao Estado de São Paulo condições de se tornar uma força determinante no Congresso Nacional.

A tese foi reforçada com os argumentos de Osvaldo Coelho (PFL-PE), ressaltando que o federalismo brasileiro está a cada ins-

tante sendo ameaçado. Ele afirmou que hoje, os Estados menores já são discriminados e impedidos de uma participação efetiva na direção do País, à medida que não têm acesso a Ministérios e nem ao menos a cargos do segundo escalão.

### APOSENTADORIA DAS JUÍZAS

E as mulheres que atuam na magistratura também não puderam comemorar ontem. Através de emenda ao artigo 135, de autoria do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), as juízas queriam que lhes fosse considerada compulsória a aposentadoria, com vencimentos integrais, por invalidez ou aos 70 anos de idade, e facultativa aos 25 anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura. Aos homens da categoria a aposentadoria seria facultativa aos 30 anos de serviço.

A matéria foi considerada discriminatória pelos parlamentares que discutiram contra a emenda: senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES) e deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE). "Por que uma juíza teria direito à aposentadoria dez anos antes que qualquer outra trabalhadora comum deste País?", perguntou o senador. Para ele, a proposta é uma discriminação contra a qual as próprias mulheres também se batem.

Beth Azize (PSB-AM) foi a grande defensora da aposentadoria especial para as juízas, por entender que a aprovação da emenda seria meio caminho andado para se estender a todas as mulheres trabalhadoras do País o direito de também se aposentarem aos 25 anos. "Não estou aqui para pedir que se institucionalizem privilégios, mas exatamente porque somos contra a discriminação a que estão submetidas as mulheres trabalhadoras brasileiras, obrigadas a uma jornada dupla de serviço", disse a deputada, que também já foi juíza no interior de seu Estado.

A emenda conseguiu exatamente o número de votos mínimos para ser rejeitada: 47 constituintes votaram não, 38 sim e dois se abstiveram.

## EMENDA BRANDÃO MONTEIRO

Estabelece o voto proporcional

SIM



PMDB

Abgail Feitosa  
Ademir Andrade  
Almir Gabriël  
Carlos Mosconi  
Carlos Sant'Anna  
Celso Dourado  
Cristina Tavares  
Fernando Henrique Cardoso  
Fernando Lyra  
Francisco Pinto  
Haroldo Sabóia  
João Calmon  
João Herrmann Neto  
Manoel Moreira  
Nelson Carneiro  
Nelson Jobim  
Nelton Friedrich  
Nilson Gibson  
Paulo Ramos  
Severo Gomes  
Sigmaringa Seixas  
Virgíldio de Senna  
Antônio Mariz  
Chagas Rodrigues  
Daso Coimbra

João Agripino  
José Costa  
Michel Temer  
Octávio Elisio  
Roberto Freire  
Uldurico Pinto  
Vilson Souza  
PFL  
Afonso Arinos  
Christóvam Chiaradia  
Edme Tavares  
Eraldo Tinoco  
Francisco Dornelles  
Inocêncio Oliveira  
José Jorge  
José Santana de Vasconcelos  
Luís Eduardo  
Oscar Correia  
João Menezes  
Jofran Frejat  
Jonas Pinheiro  
José Tinoco  
Ricardo Izar  
Valmir Campelo  
PDS  
Virgílio Távora  
PDT  
Brandão Monteiro  
José Maurício  
Lysáneas Maciel  
PTB  
Gastone Righi  
Ottomar Pinto  
PT  
Luiz Inácio Lula da Silva  
Plínio Arruda Sampaio  
PL  
Adolfo Oliveira  
PDC  
José Maria Eymael  
PC DO B  
Haroldo Lima  
PCB  
Roberto Freire  
PSB  
Beth Azize

NÃO



PMDB

Aluizio Campos  
Bernardo Cabral  
Cid Carvalho  
Egidio Ferreira Lima  
Fernando Bezerra Coelho  
José Fogaça

José Richa  
José Serra  
Oswaldo Lima Filho  
Pimenta da Veiga  
Raimundo Bezerra  
Renato Vianna  
Israel Pinheiro  
José Tavares  
PFL  
Antônio Carlos Mendes  
Thame  
Arnaldo Prieto  
Carlos Chiarelli  
José Lins  
Osvaldo Coelho  
Sandra Cavalcanti  
Paes Landim  
PDS  
Antônio Carlos Konder  
Reis  
Gerson Peres  
Adilson Motta  
Bonifácio de Andrada  
PTB  
Francisco Rossi

## ABSTENÇÕES

PMDB

Antônio Britto  
Artur da Távola  
Ibsen Pinheiro



Cardoso Alves (D) foi à Sistematização para pedir apoio à tese dos paulistas

## Nordeste mostra sua força

Os membros das bancadas do Norte e do Nordeste, que integram a Comissão de Sistematização, mostraram ontem sua força ao aprovar por 47 votos contra 43 e duas abstenções emenda do deputado Osvaldo Coelho (PFL-PE), que estabelece em 60 o número máximo de deputados federais por Estado. A aprovação modificou o § 2º do artigo 52 do substitutivo do relator Bernardo Cabral, que previa este limite em 80 deputados à Câmara. De acordo com o artigo 19 das Disposições Transitórias, fica assegurada a irredutibilidade do número atual de representantes estaduais.

O resultado apertado da aprovação da matéria refletiu a polêmica causada com a apreciação da emenda, que fez o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, conceder mais de meia hora de apertes e questões de ordem. Os paulistas viram nesta proposta uma ameaça à sua representação majoritária e ganharam durante a discussão da proposta a providencial defesa do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que não faz parte da Sistematização. Vários constituintes chegaram a pedir a suspensão da reunião, mas a Mesa não

consentiu, pois a matéria já havia sido adliada há dias.

Toda a discussão assumiu um caráter de defesa do regionalismo e foi preciso o próprio senador Afonso Arinos apontar este fator como um dos "riscos e razão para temer o fim do século" para amenizar a polêmica. Alertou para o perigo da "sucessão" e disse: "Uma das pessoas mais importantes deste país, hoje, me disse que o grande risco nacional é a confrontação nacional, é a secessão", sem querer revelar quem foi o seu confidente.

Depois de enumerar como os outros dois riscos do final de século a difusão das drogas entre os jovens e o terrorismo, Arinos conseguiu mais uma vez acalmar os ânimos. O deputado José Genoino (PT-SP) ainda tentou levantar nova questão de ordem, mas se rendeu ao apelo carinhoso do senador para que ele se sentasse, favorecendo o processo de votação da matéria. Prevaleceu a defesa dos nordestinos, sintetizada nas palavras do deputado Celso Dourado (PMDB-BA): "Não queremos prejudicar os paulistas, mas sim estabelecer a harmonia entre as unidades da Federação". Na sua avaliação, o Nordeste vem sendo discriminado.